

## **ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.**

### **AQUISIÇÃO DE FRASCOS DE COLHEITA PARA A AMOSTRAGEM**

### **PROCEDIMENTO AO ABRIGO DO SETOR DA ÁGUA – *Ad Hoc***

*(REF.º LAB.SE-AB-14/2024)*

## **SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO**

**Dezembro 2024**

## SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO NO ÂMBITO DO SETOR DA ÁGUA, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS

- 1) A Águas do Algarve, S.A., adiante designada por AdA, S.A., com sede na Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro, NIPC 505 176 300, Telefone: +351 289 899 070, Website oficial: <https://www.aguasdoalgarve.pt>, Correio Eletrónico: [geral.ada@adp.pt](mailto:geral.ada@adp.pt), Plataforma de Contratação Pública AcinGov acessível através do endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> ou <https://www.aguasdoalgarve.pt> convida V. Exas a apresentar Cotação no âmbito do Processo de Contratação, ao abrigo do Setor da Água (adiante, por simplificação, Setor Especial), adotado para a celebração do Contrato para a aquisição de bens intitulado **“Aquisição de Frascos de Colheita para a Amostragem”**.
- 2) Informa-se que:
- a) A decisão de contratar foi tomada em 18 de dezembro de 2024, por deliberação da Comissão Executiva n.º 62/2024 da Águas do Algarve, S.A., como consta no ponto 7.8 da agenda, no uso dos poderes que lhe foram conferidos pelo Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., nas suas deliberações constantes da Ata de Reunião n.º 4 de 16 de março de 2021, ponto 2.1. – “Criação de Comissão Executiva e Delegação de Competências”.
  - b) A escolha do procedimento ao abrigo do Setor da Água, funda-se pelo disposto no n.º 2 do artigo 9.º, conjugado com a subalínea iv) da alínea b), n.º 1 do artigo 11.º ambos do código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e republicado na íntegra pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, e suas posteriores alterações e retificações, adiante designado por CCP;
  - c) Os documentos que integram a presente Solicitação de Cotação encontram-se disponíveis na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública indicada em 1).
  - d) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Laboratório da AdA, S.A..
- 3) Esclarecimentos e Erros e Omissões sobre o conteúdo dos Documentos da Consulta de Mercado:
- a) Os esclarecimentos necessários a boa compreensão e interpretação dos documentos da consulta são da competência do Laboratório da AdA, S.A. e deverão ser solicitados por escritos, através da plataforma eletrónica referida em 1), até às **18:00 horas do 1/3 (primeiro terço)** do prazo para a apresentação de propostas. No mesmo prazo, os Convidados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
  - b) Os esclarecimentos e os erros e omissões, a que se refere a alínea anterior, serão prestados, por escrito, pela mesma via, até às **18:00 horas do 2/3 (segundo terço)** do prazo para apresentação da proposta, nos seguintes termos:

- i) Ao Laboratório da AdA, S.A., por escrito e através da plataforma eletrónica, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
  - ii) A Águas do Algarve, S.A. pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
  - c) Para efeitos da alínea anterior consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
    - i) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
    - ii) Espécie ou quantidade de prestação estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
    - iii) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que, o convidado não considere exequíveis.
  - d) As listas apresentadas pelos Convidados nos termos da alínea a), bem como a Pronúncia da Águas do Algarve, S.A. prevista na subalínea ii) da alínea b) serão comunicadas a todos os convidados através do meio de comunicação eletrónico de dados referenciado no nº1 da presente Solicitação de Cotação, devendo ainda aquela pronúncia ser junta às peças do procedimento.
- 4) O Procedimento é constituído pelas seguintes peças:
- a) A presente Solicitação de Cotação e seus respetivos anexos;
  - b) O Caderno de Encargos e seus respetivos anexos.
- 5) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)
- Objeto principal:
    - **Vocabulário Principal: 392262004 – frascos.**
- 6) As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP (**ANEXO I** da presente Solicitação de Cotação);
  - b) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** da presente Solicitação de Cotação;
  - c) Declaração de aceitação do código de conduta para fornecedores, elaborada de acordo com a minuta constante do **Anexo III** da presente Solicitação de Cotação;
  - d) Lista de Preços Unitários (LPU), em conformidade com o modelo constante no **Anexo IV** à presente Solicitação de Cotação;
  - e) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente

por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;

- f) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente convite ou no caderno de encargos.
  - g) De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, a declaração referida na alínea a) deve ser assinada pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
  - h) Para além da exigência prevista na alínea anterior, devem ser assinados eletronicamente, pelo Concorrente ou por representante legal com poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, todos os documentos solicitados no n.º 7, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo.
  - i) No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, lei esta que regulamenta o disposto no n.º 4 do artigo 62.º do CCP.
- 7) Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
  - 8) Os documentos exigidos na alínea e) do n.º 6 podem ser redigidos em inglês, francês e castelhano ou outra língua, desde que sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.
  - 9) Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
  - 10) Os documentos que instruem a proposta devem ser apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada em 1) até às **18:00 horas do 9.º (nono) dia**, a contar da data do envio da presente Solicitação de Cotação.
  - 11) As propostas recebidas fora da hora e data atrás previstas não serão admitidas.
  - 12) Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
  - 13) O Preço Máximo Admissível para a presente Aquisição de Bens é de **30.397,50EUR (trinta mil, trezentos e noventa e sete euros e cinquenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
  - 14) O valor definido no ponto anterior inclui todos e quaisquer gastos periféricos para a adequada execução do objeto do contrato.

- 15) A aquisição de bens decorrerá pelo prazo de **9 (nove) meses**, a contar da data de assinatura do contrato, caso não ocorra a sua denúncia, nos termos do n.º 2 da Cláusula 3.ª do Caderno de Encargos.
- 16) Não serão aceites propostas que alterem as Cláusulas do Caderno de Encargos ou não sejam constituídas por todos os documentos solicitados.
- 17) A proposta não será objeto de negociação.
- 18) A minuta do contrato de aquisição de bens é notificada em simultâneo com a decisão de adjudicação, considerando-se a mesma aceite caso não seja formulada qualquer reclamação nos **2 (dois) dias** úteis subsequentes à notificação.
- 19) As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- 20) No prazo de **10 (dez) dias** a contar da receção da reclamação, a AdA notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- 21) São encargos dos convidados as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as despesas decorrentes da celebração do contrato.
- 22) Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para apresentar no prazo de **5 (cinco) dias** os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO V** a presente solicitação de cotação, que dela faz parte integrante;
  - b) Certificados de registos criminais da adjudicatária e dos seus órgãos sociais, assim como do representante legal com poderes para o obrigar, sendo que neste último caso, necessário a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, entenda-se, por procuração ou documento equivalente;
  - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- 23) Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
- 24) Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

- 25) No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do número anterior ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
- 26) Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 27) O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
- 28) A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no ponto 22 da presente Solicitação de Cotação;
  - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º8 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos;
  - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
- 29) Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a AdA, S.A. pode conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 30) Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até **5 (*cinco*) dias**, sob pena de caducidade da adjudicação.
- 31) Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
- 32) Com a entrega da proposta, o concorrente assume a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.

- 33) A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
- 34) A entidade adjudicante garante igualmente que o concorrente pode, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
- 35) Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico [dpo.ada@adp.pt](mailto:dpo.ada@adp.pt) ou da morada: *Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro.*
- 36) O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.

**Junta:** Caderno Encargos e Anexos.

## ANEXO I

### Modelo de Declaração do Concorrente

(ao que se refere a alínea a) do n.º 6)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do conteúdo do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento adotado ao abrigo do Setor Especial para a aquisição de bens intitulada **“Aquisição de Frascos de Colheita para a Amostragem”** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo – quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (³):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar como concorrente ou como membro de agrupamento Candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a Entidade Adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.



7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(4)</sup>].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

### Modelo de Proposta de Preço

(ao que se refere a alínea b) do n.º 6)

[•] [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento], depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da Consulta para a aquisição de bens para **“Aquisição de Frascos de Colheita para a Amostragem”**, promovida pela Águas do Algarve, S.A., declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar todos os trabalhos que constituem esta Aquisição de Bens, em conformidade com o respetivo Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, pelo preço global de \_\_\_\_\_ (por extenso e por algarismos, em euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, para o período de vigência do contrato.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data.....

Assinatura.....

### ANEXO III

#### Declaração de aceitação do Código de Conduta para Fornecedores

(ao que se refere a alínea c) do ponto 6 **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), assume o compromisso de cumprir e fazer cumprir o Código de Conduta para Fornecedores (COD.3), declarando que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, não interferindo no exercício dos direitos, que lhe estão associados;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a Águas do Algarve venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- k) “Não Prejudicar Significativamente”, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050;
- l) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);

- m) Informa a Águas do Algarve de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato, sempre que solicitado;
- n) Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de (ano)

---

Assinatura(s)

## ANEXO IV

### LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

(ao que se refere a alínea d) do ponto 6)

Item	Designação	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
I	Aquisição de Frascos para a Amostragem				
I.1	BOTTLE 1000ML SQUARE PET STERILE 20mg/L, ref. VVRI331-0273.1, 84UN/caixa	180	caixa		
I.2	BOTTLE 500ML SQUARE PET STERILE 20mg/L, ref. VVRI331-0272.1, 126UN/caixa	135	caixa		
I.3	BOTTLE 500ML SQUARE PET STERILE 120mg/LI. ref. VVRI331-0276.1 126UN/caixa	45	caixa		
Valor Global					

**ANEXO V**  
**Modelo de Declaração do Adjudicatário**  
(ao que se refere a alínea a) do n.º 22)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento adotado ao abrigo do Setor da Água para a aquisição de bens para **“Aquisição de frascos de colheitas para a amostragem”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(5)</sup>].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.